

Embates e questões em torno da preservação de um anterior acampamento de obras em Brasília: O caso da Vila Planalto

Struggles and issues related to the preservation of a former construction camp in Brasilia: the case of Vila Planalto

Enviado em: 28/10/2021

Aceito em: 15/12/2021

Daniela Barbosa¹

Maria Fernanda Derntl²

Resumo

Este artigo discute o processo de regulamentação e tombamento da Vila Planalto, um núcleo derivado de anteriores acampamentos de obras instituídos na segunda metade da década de 1950 para dar apoio à construção de Brasília, capital do Brasil. Considerada ilegal a partir da inauguração de Brasília em 1960, a Vila Planalto conseguiu se manter, em um conturbado processo que acabou por reconhecê-la como patrimônio em 1988 pelo seu papel nos primórdios da cidade, em um movimento que agregou valores pioneiros à imagem monumental da capital. Tendo como referência a bibliografia específica e matérias de jornal da época, nossa análise considera o contexto de preservação da Vila Planalto em meio à regulamentação de outros anteriores acampamentos de obras ocorrida ao longo da década de 1980 – a Metropolitana a Candangolândia e o Paranoá. Este trabalho investiga as razões do singular tombamento da Vila Planalto, diferentemente de outros núcleos de origem similar, que foram apenas regulamentados. Como conclusão, a análise relaciona patrimônio e controle do espaço e aponta como as imagens da Vila Planalto e de Brasília vieram se articular numa única marca de lugar abarcando monumentalidade moderna e acampamento operário.

Palavras-chaves: Vila Planalto; Brasília; Patrimônio; Acampamento de obras.

Abstract

This article discusses the process of establishing and protecting as cultural

1 - Designer pela Universidade de Brasília - UnB e mestrado em Design pela mesma universidade. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela UnB, com período sanduíche na Université Paris Diderot. Docente em design. Integrante do Grupo de Pesquisa Capital e Periferia do PPG-FAU. E-mail: UnB.barbosa.dnl@gmail.com

2 - Professora e pesquisadora na FAU-UnB. Bolsista produtividade CNPq. Arquiteta e urbanista, mestre e doutora pela FAU-USP. Autora do livro Método e Arte: urbanização e formação de territórios na capitania de São Paulo, 1765-1811 (ed. Alameda, 2014) e organizadora do Dossiê Brasília da revista Urbana (Ciec-Unicamp, 2018-19). E-Mail: mariafernanda_d@yahoo.com.br

heritage site *Vila Planalto* former construction camp created in the second half of the 1950s as a base to the construction of Brasília, capital city of Brazil. Although considered illegal after the inauguration of Brasília, in 1960, *Vila Planalto* kept standing, in a troubled process that ended up recognizing it as a heritage site in 1988 for its role in the early days of the city, thus adding the value of local pioneering to the monumental image of the Brazilian capital. Basing on the relevant literature and on newspaper articles of that time, this paper analyses the context of *Vila Planalto*'s preservation amid regularization of other former construction camps which occurred along the 1980's – the *Metropolitan*, the *Candangolândia* and the *Paranoá*. This paper investigates the particular reasons why *Vila Planalto*, unlike the other nuclei, has been effectively recognized as historical heritage. As a conclusion, the paper relates heritage and control of space and points out how the images of *Vila Planalto* and Brasília articulate in a single notion of place branding comprising modern monumentality and construction workers' encampment.

Keywords: Vila Planalto; Brasília; Heritage; Construction Camp.

Introdução e problemática

Brasília, capital do Brasil, inaugurada em 1960, teve seu núcleo inicial – o Plano Piloto – concebido a partir dos preceitos modernistas da Carta de Atenas, resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, de 1933. O valor simbólico desse *core* central alude à arquitetura dos monumentos projetados por Oscar Niemeyer e ao traçado urbano idealizado por Lucio Costa, fundamentais no sentido de moldar o imaginário sobre Brasília. A relevância da cidade como conjunto significativo da arquitetura e do urbanismo modernos foi reconhecida pela sua inscrição como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1987, apenas 27 anos após sua inauguração.

Em nível local, a preservação de Brasília, pelo Decreto nº 10.829 de 1987, baseou-se na noção, defendida pelo arquiteto e assessor do IPHAN Ítalo Campofiorito e derivada dos escritos de Lucio Costa, de escalas urbanísticas – a *monumental*, a *residencial*, a *gregária* e a *bucólica*. A originalidade dessa noção, para fins patrimoniais, advém do fato de o tombamento não incidir sobre edificações isoladas, mas, sim, de características pré-determinadas quanto a usos, gabaritos e formas de ocupação em cada uma das áreas associadas às escalas.

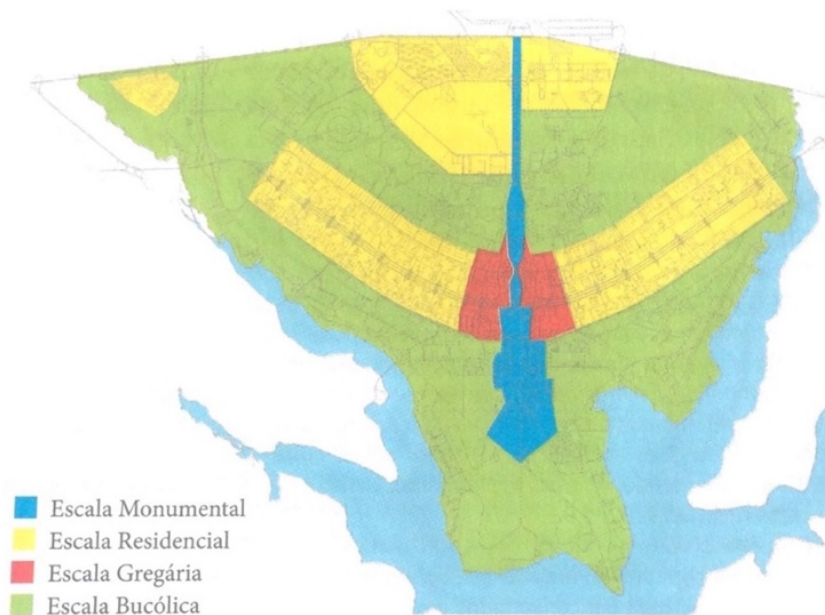


Figura 1 - Escalas de Brasília predominantes por área: Monumental, Residencial, Gregária e Bucólica. Fonte: Adaptado de IPHAN (2007, p. 32).

As escalas de Brasília se dispõem no Plano Piloto e em seu entorno imediato. A área reconhecida como patrimônio inclui, além do Plano Piloto, núcleos não previstos no projeto original, como a Candangolândia, além de outros setores definidos por Lucio Costa nos anos 1980, como o Sudoeste e o Noroeste. Ainda assim, priorizou-se as características do Plano Piloto para a definição das escalas, buscando-se valorizar e preservar o dito desenho original da cidade.

Brasília é considerada pela UNESCO uma expressão artística ímpar e “expressão viva dos princípios e ideais propostos pelo Movimento Moderno e efetivamente materializados nos trópicos pelo planejamento urbano e arquitetônico de Lucio Costa e Oscar Niemeyer” (UNESCO, s. d.). O reconhecimento de Brasília como patrimônio mundial envolveu iniciativas do governo local para dar visibilidade à cidade e reforçar sua imagem moderna. Esse processo sugere, como indica Simon Anholt (2010), que mesmo que governantes não possam manipular a percepção das pessoas sobre um lugar, podem ter interesse em trabalhar pela sua reputação a fim de inseri-lo em uma comunidade global. Assim, o processo que levou ao reconhecimento patrimonial de Brasília pode ser descrito, nos termos da análise de Vela e Portet (2019), como a valorização de uma “marca de lugar”, envolvendo

projetar e comunicar ao exterior uma determinada imagem, mas também um esforço interno de estimular o pertencimento e o vínculo dos seus habitantes ao local. A comunidade interessada deve ter um papel ativo nesse processo, pois conforme salienta Anholt (2010), quando a noção de marca de lugar se estabelece com participação da população e de setores do comércio, os governantes podem trabalhar na consolidação de uma estratégia narrativa do lugar, contribuindo para dar sentido a uma identidade local – desde que reflita anseios da população.

Assim, o reconhecimento de Brasília como patrimônio mundial, além de garantir a salvaguarda de características do núcleo central – o Plano Piloto – pode ser visto como uma estratégia do governo para dar visibilidade à cidade, incentivando o turismo e estimulando o orgulho de moradores. Em termos de definições de marcas do lugar, o tombamento de Brasília tende a afirmar uma identidade da cidade cuja formulação considerou principalmente a formação e a importância do Plano Piloto, reforçando o valor do seu planejamento e seus atributos modernos.

Contudo, a capital do Brasil dispõe de um acervo patrimonial bem mais amplo, contando com bens localizados em diferentes pontos do Distrito Federal. Alguns desses bens encontram-se em Regiões Administrativas para além do Plano Piloto de Brasília, ou seja, nas anteriormente denominadas “cidades-satélites”. O Distrito Federal, estabelecido em 1956 para delimitar a área da nova capital, é formado por 33 Regiões Administrativas, abarcando variadas representações culturais relativas a diferentes épocas e modos de formação. Ao contrário do que propagaram discursos políticos da época da construção da capital, o local a ela destinado não era desprovido de civilização, mas tinha uma ocupação esparsa por fazendas e pequenas cidades pertencentes ao estado de Goiás. Esses espaços, muitos dos quais com construções centenárias, foram incorporados ao Distrito Federal com a construção de Brasília.

A construção de Brasília impôs nova organização àquele território. Com o início das obras, em 1957, implantaram-se diversos núcleos de apoio ao redor do imenso canteiro de obras principal, que abrigavam trabalhadores

vindos de vários lugares do Brasil. Posteriormente alguns desses espaços, inicialmente previstos como sendo provisórios, conseguiram resistir aodesmonte e se estabelecer, tornando-se Regiões Administrativas de Brasília, a exemplo de Candangolândia, Metropolitana, Vila Planalto e Paranoá, que viriam a ser definitivamente fixados ao longo dos anos 1980.

Ademais, a criação de núcleos satélites planejados em Brasília antecede a própria inauguração da cidade, pois ainda em 1958 foi implantada Taguatinga, a 20km do núcleo central, para abrigar parte da população de migrantes que se estabeleciam em áreas irregulares. Taguatinga tornou-se parte de um modelo de expansão urbana de Brasília predominante até meados da década de 1970, que, conforme destaca Aldo Paviani (2010), foi marcada pela criação de núcleos satélites planejados e distantes do Plano Piloto, em uma “urbanização polinucleada”. Nesse sentido, conforme ressalta Nair Sousa (1983), a pobreza, a segregação social e a luta por melhores condições de vida existem na cidade desde seu início.

Por outro lado, como ressalta Luiza Videsott (2009), a mídia da época da construção de Brasília se esforçou por consagrar uma imagem positiva da transferência da capital e difundiu discursos nos quais os operários eram retratados como heróis anônimos e parceiros do então presidente Juscelino Kubistchek. Conforme aponta também Thiago Perpétuo (2015, p. 49), uma imagem da cidade, ainda difundida na atualidade, é a de que sua construção teria sido equivalente a uma “epopeia de contornos heroicos”, na qual operários e governantes partilhavam do mesmo sonho, a transferência da capital.

O governo JK buscou consagrar essa imagem gloriosa por meio da salvaguarda de símbolos da construção de Brasília. Em 1959, ainda antes da inauguração da cidade, houve o tombamento federal do chamado Catetinho, construção em madeira de feições modernistas que funcionou como a primeira residência presidencial provisória (IPHAN, 1959). Atualmente o Catetinho é um museu que se alinha ao discurso patrimonial de Brasília, pois simboliza os esforços para a concretização da nova capital.

Para além do Catetinho, outras construções foram tombadas isoladamente pelo Distrito Federal entre 1982 e 2014, e formam um patrimônio

de Brasília situado para além do Plano Piloto.³ Mas, além disso, houve em 1988 o tombamento, pelo Decreto nº 11.079, de todo o perímetro urbano da Vila Planalto (DISTRITO FEDERAL, 1988), um aglomerado de anteriores acampamentos de obras localizado dentro da área tombada de Brasília e que pertence à Região Administrativa do Plano Piloto, a RA I.

A Vila Planalto, assim como outros conjuntos remanescentes de acampamentos de obras erguidos durante o início da construção da capital, era composta por construções em madeira previstas para serem temporárias. Esses acampamentos foram considerados ilegais em 1960, desencadeando sucessivas medidas para o seu desmantelamento e remoção dos moradores para áreas mais distantes. Alguns desses espaços resistiram ao desmonte. As transformações em suas malhas urbanas, conforme ressalta Maria Elaine Kohlsdorf (2010, p. 239-284), os tornaram morfologicamente próximos do vernáculo, embora conservando características do modernismo que guiou sua formulação.

Atualmente, a Vila Planalto é composta majoritariamente por habitações individuais em lotes tradicionais baseados numa relação direta entre as casas e a rua, assemelhando-se a pequenas cidades do interior do Brasil. Ela está situada entre dois espaços de alto valor simbólico em Brasília, a Praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada. (Figura 2)

3 - Em 1982, houve o tombamento de três construções na antiga cidade goiana de Planaltina, questão o Museu Histórico e Artístico (DISTRITO FEDERAL, 1982a), a Igreja São Sebastião (DISTRITO FEDERAL, 1982b) e a Pedra Fundamental (DISTRITO FEDERAL, 1982c). Em seguida, em 1985, foi a vez do tombamento dos remanescentes do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, em madeira, que havia sido erguido em 1957 para dar suporte à construção de Brasília (DISTRITO FEDERAL, 1985). Em 1989 foi tombado o Relógio de Taguatinga, uma torre localizada numa praça central daquela Região Administrativa (DISTRITO FEDERAL, 1989). Os anos 1990, por sua vez, foram marcados por tombamentos de edificações em madeira que pertenciam a antigos acampamentos de obras recém regulamentados, os da Igreja São Geraldo no Paranoá em 1993 (DISTRITO FEDERAL, 1993), do Centro de Ensino Metropolitana em 1995 (DISTRITO FEDERAL, 1995) e da Igreja São José Operário na Candangolândia, em 1998 (DISTRITO FEDERAL, 1998). Em 2006, foi tombada a Casa da Fazenda Gama, uma antiga sede de fazenda em que se hospedaram Juscelino Kubitschek e sua comitiva ainda em 1956 (DISTRITO FEDERAL, 2006). Por fim, em 2013 e 2014 foram tombados, respectivamente, a Caixa d'Água da Ceilândia (DISTRITO FEDERAL, 2013) e o Centro de Ensino Médio EIT/CEMEIT e Centro Cultural Teatro da Praça de Taguatinga (DISTRITO FEDERAL, 2014), equipamentos urbanos em pleno funcionamento localizados naquelas Regiões Administrativas.

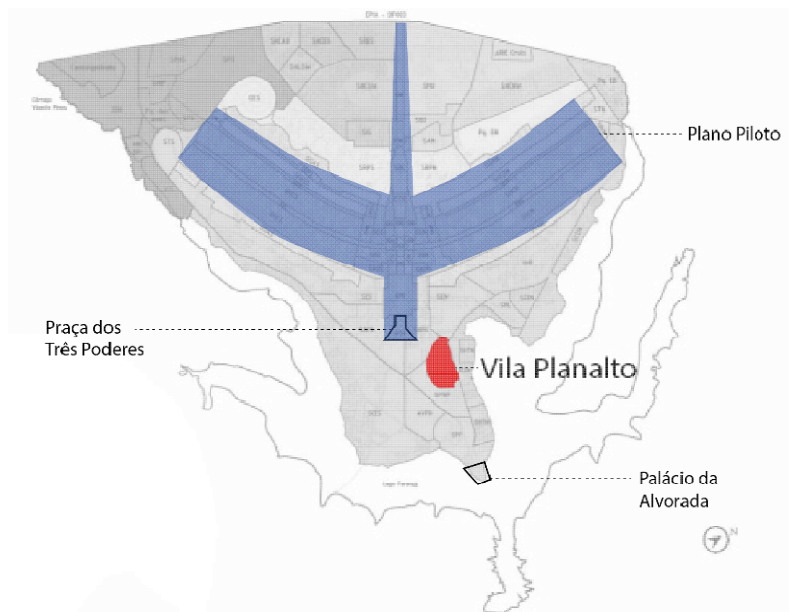


Figura 2 - Localização da Vila Planalto dentro da área tombada de Brasília, entre a Praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada. Fonte: Adaptado de BRASIL (2016).

Importantes estudos já analisaram o processo de regularização e tombamento da Vila Planalto, como a pesquisa precursora de Sandra Zarur (1991), que buscou entender a transformação do local de núcleo irregular em patrimônio histórico. Já Sandra Ribeiro (2005), em trabalho mais recente, analisou o processo de tombamento da Vila Planalto como parte da definição do patrimônio de Brasília, tendo como referência as tratativas para o reconhecimento mundial da cidade pela Unesco. Por sua vez, Christiane Coêlho (2006) recuperou a memória de parte dos primeiros moradores da Vila Planalto por meio de entrevistas, e buscou analisar como a permanência do espaço foi lembrada e narrada por seus habitantes. Tais trabalhos constituem contribuição basilar na discussão sobre a trajetória da Vila Planalto, e tendem a se concentrar na luta pela fixação definitiva e na relação do local com o Plano Piloto, muitas vezes apontando os contrastes no modo de configuração entre os dois espaços. Este artigo, por sua vez, busca avançar na problematização existente na bibliografia ao levar em consideração a inserção da Vila Planalto em um contexto mais amplo de regulamentação de antigos acampamentos de obras que ocorreu principalmente ao longo da década de 1980, sem deixar de considerar as relações com o Plano Piloto.

Ainda que a permanência de acampamentos de obras – ou outros

núcleos de apoio para a construção de Brasília – não estivesse prevista no plano da cidade, já em 1961, pela Lei nº 4.020 (BRASIL, 1961) houve a precursora fixação da Cidade Livre com o novo nome de Núcleo Bandeirante. Quando criada em meados da década de 1950, a Cidade Livre era um núcleo provisório de habitações, comércios e serviços, situado nos arredores do Plano Piloto, para dar apoio à construção de Brasília. Uma exitosa campanha pela sua permanência foi encabeçada em grande parte por comerciantes do núcleo que fizeram pressões políticas para a tramitação da proposta de fixação. De acordo com Viviane Ceballos, um movimento local para que a Cidade Livre fosse fixada e regularizada teve papel essencial, pois

Mesmo considerado como o grande paradoxo de Brasília, o Núcleo Bandeirante conseguiu mobilizar em torno do Movimento Pró-Fixação um grande número de colaboradores, o que deu ao movimento força social e política (2005, p. 90)

O paradoxo ao qual se refere a autora reflete a ideia de que mesmo a Cidade Livre sendo um espaço previsto para ser temporário em uma cidade planejada, conseguiu se estabelecer. A campanha pela fixação da Cidade Livre, ainda conforme Ceballos (2005), buscou legitimidade no caráter pioneiro do lugar e de seus habitantes, o que deu suporte simbólico ao movimento. Esse discurso se apoiou fortemente em uma imagem da contribuição específica do lugar e dos moradores pelo seu papel nos anos iniciais de Brasília, em uma estratégia que buscou inserir a Cidade Livre como parte primordial do processo de transferência da capital.

Passadas duas décadas desse movimento, houve a fixação de uma série de anteriores acampamentos de obras que resistiam ao desmonte previsto para acontecer em 1960: a Metropolitana, a Candangolândia, a Vila Planalto e o Paranoá. Tais locais eram caracterizados por traçados ortogonais, pouco rígidos e possuíam unidades morfológicas originárias do período da construção de Brasília. A população que os habitava era formada, em grande parte, por antigos funcionários das firmas construtoras de Brasília, mas, com a chegada de novos habitantes houve o acréscimo de moradias autoconstruídas e irregulares (VIANNA, 2016).

Algumas construções originais desses espaços, como escolas e igrejas de madeira, foram mantidas pela população ao longo do tempo, tendo sido reconhecidas como patrimônio local na década seguinte às regulamentações, ou seja, nos anos 1990. O discurso de valorização desses locais e de suas construções alude à necessidade de preservação da história do núcleo operário e das conquistas da população. Conforme publicação do IPHAN editada em 2016 sobre tais espaços, a salvaguarda de remanescentes da construção de Brasília é necessária

Não só pela importância histórica de se preservar a memória daqueles que participaram da construção de Brasília, mas também do resgate da conquista do espaço por remanescentes das populações que aqui [em Brasília] se instalaram desde o início. (IPHAN, 2016b)

A tabela 1 apresenta as Regiões Administrativas de Brasília derivadas de anteriores acampamentos de obras, apontando o ano de fixação, a legislação correspondente e o patrimônio cultural identificado naqueles espaços.

Tabela 1 - Fixação de acampamentos de obras e seu patrimônio

Região Administrativa	Ano de fixação	Legislação de fixação	Patrimônio cultural
Metropolitana	1983	Decreto nº 7.533	Centro de Ensino Metropolitana, tombado em 1993
Candangolândia	1984	Decreto nº 7.892	Igreja São José Operário, tombada em 1998
Vila Planalto	1988	Decreto nº 11.079	Todo o seu perímetro urbano tombado, em 1988
Paranoá	1988	Decreto nº 11.208	Igreja São Geraldo, tombada em 1995

Fonte: Autores (2021).

Nota-se que a década de 1980, além de ter concentrado o processo de fixação desses locais, foi marcada por discussões para a preservação de Brasília e sua inscrição na Unesco como Patrimônio Mundial, em 1987. Assim, a imagem monumental de Brasília associada principalmente ao seu traçado urbano planejado e a seus palácios modernistas conviveu com esforços para valorizar e preservar antigos acampamentos obras que aludem ao modo como a cidade foi construída. Foi nesse processo que houve a fixação e o

tombamento da Vila Planalto. A sua permanência definitiva não se deu sem disputas, em especial com relação a propostas e definições de requisitos para sua fixação. Pode-se ver um conflito entre a “marca de lugar” associada ao Plano Piloto e a presença de espaços alheios aos padrões da arquitetura e do urbanismo modernista que viriam consagrar internacionalmente a capital.

Embates e tensões na preservação da Vila Planalto

Desde 1960, quando a Vila Planalto e outros anteriores acampamentos de obras foram considerados ilegais, até a regularização da Vila, em 1988, o núcleo era constantemente ameaçado de destruição por sucessivos governos. Mesmo que projetos de remoção empreendidos por autoridades tenham sido eficientes na diminuição considerável do espaço urbano, parte da ocupação conseguiu permanecer irregularmente por quase trinta anos, em um conflituoso processo analisado por Sandra Zarur (1991), Christiane Coêlho (2006) e Matías Pacheco (2015). Conforme os autores, ao mesmo tempo em que houve uma investida pela destruição das habitações de madeira num esforço de conter a expansão descontrolada do local, havia a resistência de pessoas que lá permaneciam, além da chegada de novos moradores – alguns, inclusive, de poder aquisitivo mais alto, que se instalavam em casas em melhor estado de conservação, atraídos pela localização privilegiada do núcleo (ZARUR, 1991).

As tratativas para a fixação definitiva da Vila Planalto tomaram impulso a partir de meados da década de 1980, momento em que houve duas propostas conflitantes para a regularização do núcleo. Enquanto aquela do denominado Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília – ou simplesmente GT-Brasília – previa a preservação das características originais da Vila, a proposta de Lucio Costa consistia em uma completa reformulação para o local. Isso se deu em meio a discussões para a preservação de Brasília e definições quanto à sua expansão urbana.

O GT-Brasília foi instituído pelo Decreto nº 5.819 em fevereiro de 1981 por meio de um convênio firmado entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de Cultura do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 1981). O Grupo foi criado

para tratar da preservação cultural do Distrito Federal com o propósito de definir tanto o objeto a ser preservado quanto critérios de preservação a serem adotados. Seus estudos culminaram no dossiê de candidatura de Brasília a patrimônio mundial, enviado à UNESCO em 1986.

O dossiê, submetido à Unesco, contemplava uma variedade de manifestações culturais e naturais do Distrito Federal para preservação. Além do Plano Piloto, recomendava-se a proteção de antigas fazendas e centros urbanos originariamente goianos, além de antigos acampamentos de obras e a paisagem natural do Distrito Federal. Para tanto, GT elaborou o conceito de “preservação dinâmica”, em que não se propunha o tombamento desses espaços, mas, sim, critérios de preservação de suas características essenciais. (RIBEIRO, 2005)

Contudo, a legislação da proteção de Brasília, assentada no Decreto nº 10.829 de 1987, privilegiou o Plano Piloto como objeto de proteção. Não há referência, no decreto de tombamento, às demais manifestações culturais no território, dentre elas o patrimônio relativo aos anteriores acampamentos de obras. Em linhas gerais e conforme Thiago Perpétuo (2015), a comissão da UNESCO, ao avaliar o dossiê de candidatura elaborado pelo GT-Brasília, solicitou correções, especialmente com relação a uma maior precisão acerca do objeto a ser protegido e do método de proteção. A partir dessa solicitação e do curto tempo disponível, houve a elaboração da proposta de preservação por escalas urbanísticas, que conforme já colocamos, resultou da ideia do arquiteto do IPHAN Ítalo Campofiorito de retomar uma proposta expressa por Lucio Costa.

O GT-Brasília manteve-se ativo por quase uma década, encerrando suas atividades em 1988. É discutido por autores como Sandra Ribeiro (2005), Thiago Perpétuo (2015) e Jéssica Silva (2019) como responsável por inovações na proposta da preservação de Brasília, embora a legislação de proteção da cidade não esteja ancorada em seus estudos. Contudo, o Grupo se mostrou atuante e logrou êxito ao trabalhar ativamente pelo reconhecimento da importância histórica de anteriores acampamentos de obras, mapeando esses espaços e apontando diretrizes de preservação. A bibliografia aponta

que o GT-Brasília teve papel relevante no processo de fixação e tombamento da Vila Planalto. Conforme Sandra Zarur (1991), Carlos Reis (2001) e Sandra Ribeiro (2005), o Grupo estabeleceu um importante canal de comunicação entre a população da Vila Planalto e governantes.

Nesse sentido, Ribeiro (2005) ressalta a existência de habitantes que já estavam organizados em Associações de Moradores na Vila Planalto, e reforça como isso favoreceu um trabalho em conjunto com o GT-Brasília (2005, p. 117-120). Ainda assim, e conforme lembram Zarur (1991) e Coêlho (2006), houve discordâncias entre a própria população residente acerca do tombamento como o modo mais efetivo para a fixação, pois parte dos moradores via o instrumento como um impedimento para reformar suas casas. Conforme aponta Zarur (1991, p. 24), o receio cessou quando os moradores perceberam que o tombamento poderia auxiliá-los em sua luta, e a resistência oferecida à “camisa de força da preservação” foi substituída pelo interesse em participar da proposta de fixação, coordenada pelo GT-Brasília. A principal preocupação da proposta de regulamentação apresentada pelo GT-Brasília foi a de manter as características sociais e espaciais do local, valorizando as origens da Vila Planalto enquanto acampamento de obras.

A população, com orientação do GT-Brasília, soube agregar à justificativa pela preservação e fixação tópicos usados para legitimar a construção de Brasília, como desenvolvimento e esperança, que carregam uma alta carga simbólica associada à idealização da transferência da capital (ZARUR, 1991). O seu resgate na década de 1980, conforme Zarur (1991), articulou demandas internas pela fixação da Vila Planalto a uma imagem heroica da construção de Brasília e da própria Vila Planalto. Já Coêlho (2006) destaca como o direito de pertencimento ao espaço, em narrativas emanadas da população local, foi associado à sua participação na formação de Brasília, assim como à valorização do conceito de pioneiro, isto é, aquele que chegou à nova capital no início das obras e participou de sua concretização. Isso, segundo a autora, “foi traduzido em direito à moradia nas reivindicações locais” (COÊLHO, 2006, p. 209).

As análises mencionadas levam a ver que, não obstante o contraste

entre a forma de organização do Plano Piloto e da Vila Planalto, os argumentos para o tombamento desta coadunaram-se com a narrativa de pioneirismo e glorificação dos migrantes que construíram Brasília. Assim, o discurso de permanência da Vila Planalto defendido pelo GT-Brasília, mesmo que fizesse referência a um espaço não planejado, acabou por inserir a Vila Planalto na imagem simbólica consagrada de Brasília.

A proposta de Lucio Costa para o espaço, por sua vez, propunha uma reorganização completa do local, o que contrastava com a perspectiva do GT-Brasília e com os anseios da população residente (RIBEIRO, 2005, p. 99). Os embates em torno do modo de regulamentação do espaço intensificaram-se porque o então governador do Distrito Federal José Aparecido de Oliveira, ao mesmo tempo em que sinalizou apoio aos trabalhos do GT-Brasília, convidou Lucio Costa para realizar uma avaliação da cidade e propor a sua expansão urbana (RIBEIRO, 2005). Foi quando Lucio Costa elaborou em 1985-87 o documento *Brasília Revisitada: Complementação, Preservação, Adensamento e Expansão Urbana*, ou simplesmente *Brasília Revisitada* (COSTA, 1987). O documento propunha, entre outros projetos, a destruição da Vila Planalto tal qual ela existia para a criação das *Quadras Planalto* no local, um setor residencial que seria semelhante às Asas Norte e Sul, ou seja, uma área residencial com prédios sobre pilotis, destinados à classe média.

A fala da ex-integrante do GT-Brasília Briane Bicca transparece uma crítica ao elitismo da proposta de Lucio Costa. Bicca, em relato publicado em livro editado pelo IPHAN sobre o trabalho do GT-Brasília, cita expressamente a reação de Lucio Costa com relação à manutenção da Vila Planalto. O urbanista, ao ouvir de membros do GT sobre a necessidade de fixação do núcleo pelo seu valor histórico, segundo Bicca, teria sido categoricamente contra, argumentando: “não, aquilo ali, junto do lago, deve ser destinado para uma população de mais alto poder aquisitivo” (IPHAN, 2016a, p. 33).

Outro ponto a considerar é que a imprensa da época, provavelmente tomada pelos ares da recente redemocratização do país, deu grande cobertura aos eventos em torno do que ocorria na Vila Planalto com relação às propostas para a sua fixação (COÊLHO, 2006, p. 241-242). Além dos contrastes

evidentes entre o Brasília Revisitada e a proposta do GT-Brasília, destacou outro evento ocorrido em 1986, movimentando a cobertura midiática: a *Carta da Leiliane*. Na ocasião, uma criança de 10 anos moradora da Vila Planalto, chamada Leiliane Rebouças, conseguiu entregar uma carta ao então presidente José Sarney em que rogava pela permanência da Vila, e teve uma resposta favorável da parte do então presidente.

A mídia evidenciou esse evento, ao passo em que publicava as mudanças anunciadas pelo Brasília Revisitada. Por um lado, o jornal *Correio Braziliense* noticiava, em 1986, a vitória da população da Vila Planalto pela fixação, apoiando-se principalmente nos acontecimentos em torno da Carta da Leiliane. Uma manchete do mencionado jornal, por exemplo, era intitulada *Leiliane vence e a Vila Planalto fica onde está* (LEILIANE..., 1986, p. 20), anunciando em 1986 a ainda incerta fixação da Vila Planalto, ocorrida apenas em 1988. Por outro lado, em 1987, os croquis do Brasília Revisitada estampavam manchetes do mesmo jornal, assim como a defesa de Lucio Costa sobre as Quadras Planalto, “a única forma realista de fixação da Vila Planalto” (AS NOVAS..., 1987, p. 17). As oposições expressas no jornal *Correio Braziliense* em 1986 e em 1987 evidenciam os embates em torno da regulamentação do espaço, em especial porque qualquer proposta de fixação que não fosse resultante do *Brasília Revisitada* representaria um choque direto com Lucio Costa.

Ao final, o governador José Aparecido acatou a proposta do GT-Brasília em detrimento daquela de Lucio Costa. Esse movimento é interpretado por Coêlho (2006) como resultado principalmente de pressões da imprensa e da parcela da população de Brasília em prol da regularização da Vila Planalto, aos moldes da concepção do GT-Brasília (2006, p. 241-242).

A Vila Planalto foi regularizada e tombada em 21 de abril de 1988. No Decreto nº 11.079, de tombamento, são elencados pontos principais para justificar a proteção do núcleo, por exemplo: sua relevância como testemunho da construção de Brasília, o papel dos moradores como parte da história viva da cidade e o ambiente bucólico do espaço, em especial a sua área verde. O decreto considera as seguintes características a serem preservadas:

I – Preservação da característica de mimetização da Vila na paisagem, através da manutenção de sua vegetação; II – A área de tutela será *non aedificandi*, com preservação da cobertura vegetal do cerrado nativo e os trechos livres serão arborizados na forma de bosques de maneira a reforçar a presença da vegetação sobre as edificações; III – Preservação do traçado urbano original, caracterizado por quarteirões, ruas, largos e praças; IV – Preservação da identidade, pontos de encontro e relações de vizinhança próprias a cada um dos Acampamentos da Vila; V – Preservação da linguagem arquitetônica peculiar; VI – Preservação dos espaços de valor simbólico e referencial para a população e história do conjunto da Vila Planalto; VII – Preservação de sua estrutura urbana original, admitindo-se apenas a restauração das unidades em ruína (DISTRITO FEDERAL, 1988).

As características físicas e simbólicas que relacionam a Vila Planalto com o período da construção de Brasília são valorizadas, em sintonia com a estratégia do GT-Brasília, em parceria com os moradores, em agregar tais elementos à luta pela fixação. O decreto de tombamento também garantiu a fixação de moradores sob certas condições, e chama a atenção o fato de praticamente impedir novas construções em áreas vazias, denominando-as *non aedificandi*. Além disso, em princípio, o decreto limita a substituição de casas de madeira, pois permite apenas a restauração de unidades em ruína. Porém, a despeito do decreto, atualmente apenas alguns exemplares da Vila Planalto conservam o material original, como a Igreja Nossa Senhora do Rosário da Pompeia e um conjunto de construções denominado *Fazendinha*. A manutenção desses locais remonta aos primórdios da Vila Planalto, reforçando sua importância histórica para Brasília.

Por que, além da fixação, o tombamento da Vila Planalto?

O fato de a Vila Planalto ter sido efetivamente tombada, e não apenas fixada, a diferencia dos demais anteriores acampamentos de obras regulamentados ao longo da década de 1980. Tais espaços, conforme já destacamos, abrigam bens que foram tombados isoladamente na década de 1990, todos em madeira, erguidos durante a construção de Brasília: a Igreja São Geraldo no Paranoá, o Centro de Ensino Metropolitana e a Igreja São José Operário na Candangolândia. A Vila Planalto, por sua vez, teve todo o seu perímetro reconhecido como patrimônio de Brasília, e conserva alguns

remanescentes em madeira.

Observando-se o contexto de regulamentações e tombamentos ocorridos nos acampamentos de obras aqui destacados, indagamos – *por que, além da fixação, o tombamento da Vila Planalto?* Boa parte dos autores, como Zarur (1991), Ribeiro (2005) e Coêlho (2006) concentra-se no percurso da Vila Planalto isoladamente, explorando principalmente a sua transformação do status de ilegalidade ao de patrimônio histórico. As autoras mencionadas evidenciam, em especial, a resistência da população em deixar o local, a parceria de moradores estabelecida com o GT-Brasília e o papel da mídia e de atores políticos. A fixação e o tombamento da Vila Planalto aparecem ainda como um trunfo importante do GT-Brasília face a Lucio Costa (RIBEIRO, 2005), aspecto que também compõe a narrativa de ex-integrantes do GT, conforme vimos.

Ainda que o projeto das Quadras Planalto não tenha vingado, a opinião de Lucio Costa com relação à fixação da Vila Planalto não foi ignorada, pois, conforme aponta Ribeiro (2005, p. 99), foi a partir de negociações com o arquiteto representante do IPHAN, Augusto Telles, que Costa acabou por acatar a proposta do GT. A anuência de Lucio Costa, contudo, não parece ser apenas um detalhe na complexa trajetória da fixação da Vila Planalto. Nesse sentido, destacamos pontos que consideramos essencial problematizar e que contribuem para responder à pergunta lançada no título deste item.

Em primeiro lugar, indagamos o que teria feito Lucio Costa mudar de ideia e abrir mão das Quadras Planalto. Talvez o urbanista, percebendo o direcionamento político favorável à fixação da Vila Planalto, tenha decidido acatar o modelo proposto pelo GT-Brasília, implicando mudar algumas formulações antes expostas no seu texto *Brasília Revisitada*. Nota-se que parte da mídia e da população, na ocasião, mostraram-se favoráveis à permanência daquele espaço, pressionando o governo a manter suas características originais. Além disso, como Costa foi o autor do plano de Brasília e havia previsão legal de sua chancela acerca de qualquer alteração, havia a necessidade, por parte dos agentes envolvidos na fixação da Vila Planalto, de legitimar a regularização do núcleo pela validação do urbanista.

Após o tombamento da Vila Planalto, a cobertura da mídia envolvendo o caso não cessou, e a imprensa noticiou indicativos do que Lucio Costa esperava para o local. O jornal *Correio Braziliense* publicou uma matéria em 1988 com a manchete *Lucio Costa fica sem Quadras Planalto* (OLIVEIRA, 1988, p. 28), indicando uma derrota pessoal do urbanista. Contudo, em seu relato para o mesmo jornal, Costa se mostrou inclinado à ideia da fixação, pois apontou diretrizes para a continuidade do núcleo. Para ele, do ponto de vista social, a ocupação da Vila Planalto deveria “garantir permanência aos antigos moradores que chegaram com o início da construção” (OLIVEIRA, 1988, p. 28). Já no âmbito patrimonial, Costa pontua ser essencial a preservação de alguns exemplares de madeira e da estrutura urbana que caracteriza o espaço. Verifica-se que o urbanista buscou reforçar a importância da preservação de uma arquitetura relativa a um assentamento operário, indicando que a Vila Planalto deveria apresentar uma marca associada aos primórdios de Brasília.

Por fim, a mesma reportagem já citada acena para outro ponto relevante da discussão sobre por que a Vila Planalto foi *tombada*, e não apenas *regularizada*. Na matéria do jornal, Carlos Magalhães, então secretário de Viação de Obras, garantiu que iria “seguir à risca o decreto de tombamento” com relação à definição dos limites do espaço (OLIVEIRA, 1988, p. 28). Essa declaração parece responder aos anseios de Lucio Costa, que ao mesmo tempo em que propôs modos de continuidade da Vila Planalto, conforme vimos, demonstrou inquietação, alegando existir o risco de o espaço entre o Palácio do Planalto e a Praça dos Três Poderes se tornar “um extenso segmento de casarios” (OLIVEIRA, 1988, p. 28). Nota-se uma preocupação com o descontrole dos limites da Vila Planalto caso houvesse apenas a regularização, situação que poderia ser contornada pelas normas do tombamento, segundo a promessa de Magalhães. Essa preocupação parece estar relacionada ao fato de o local estar inserido não apenas na poligonal que havia sido reconhecida como patrimônio no ano anterior, mas bastante próximo a locais de alto valor simbólico, como a Praça dos Três Poderes.

Os demais anteriores acampamentos de obras, ainda que estejam próximos ao Plano Piloto, possuem limites mais evidentes do que aqueles da

Vila Planalto. A Candangolândia, embora também esteja inserida na poligonal de tombamento de Brasília, localiza-se entre o Jardim Zoológico e largas rodovias que contornam a Asa Sul. A Metropolitana, mais distante, também tem seus limites delimitados por rodovias. O Paranoá, por sua vez, está localizado na margem oposta do Lago Paranoá, fator que impede uma possível expansão em direção ao Plano Piloto.

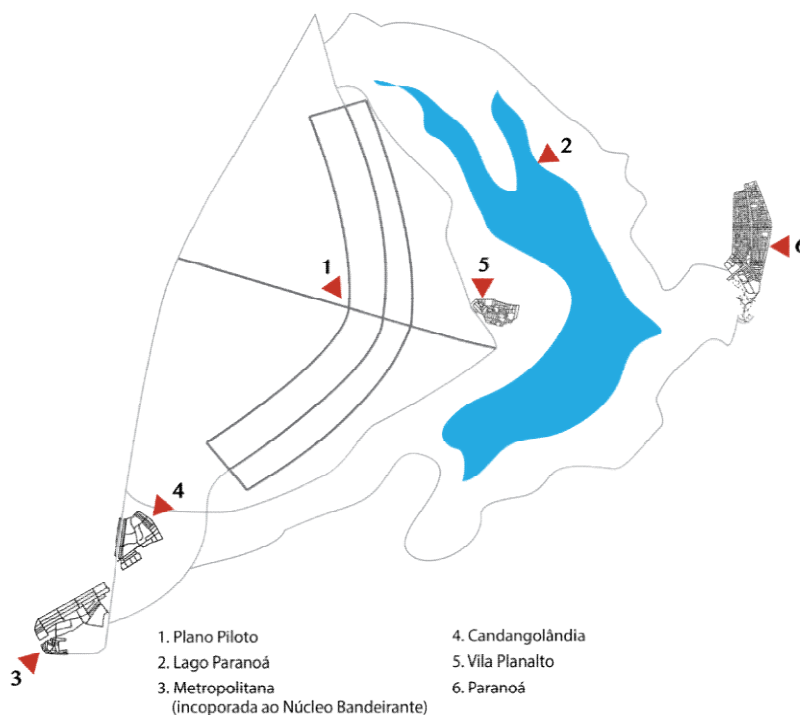


Figura 3 – Localização dos anteriores acampamentos de obras de Brasília, próximos ao Plano Piloto e ao Lago Paranoá. Fonte: Autores (2021).

O tombamento da Vila Planalto, assim, pode ser visto como uma solução face às inquietações demonstradas por Lucio Costa e outros gestores, como Carlos Magalhães. Nessa perspectiva, o tombamento significou um instrumento de controle, a fim de impedir possíveis expansões desordenadas do núcleo ao definir a manutenção de determinadas características, como os limites de ocupação do espaço e a manutenção de áreas *non-aedificandi*, conforme vimos no texto do decreto de tombamento.

O depoimento da ex-integrante do GT-Brasília Yêda Barbosa confirma a hipótese do tombamento como o único instrumento para garantir a

permanência do núcleo, pois, em sua narrativa, “a Vila Planalto, efetivamente no resultado final, ela foi tombada. Ou ela fica tombada ou ela sai. Então fica tombada, graças a Deus existe tombamento, vamos lá, tomba, para ela poder ficar” (IPHAN, 2016a, p. 36). A população residente, assim, conquistou o direito à moradia no local, desde que mantidas medidas que conservassem aspectos originais do espaço, em um discurso que também reforça a importância histórica dos primórdios de Brasília, construindo-se uma narrativa em comum de valorização.

Em que pese a fixação da Vila Planalto ter sido considerada uma vitória para a população original, a análise de Matías Pacheco (2015) aponta como o espaço vem atraindo cada vez mais moradores com maior poder aquisitivo, o que resulta em um local em processo de gentrificação. Além disso, o autor indica como houve uma intensa descaracterização da Vila Planalto não apenas pela substituição de casas de madeira por outras em alvenaria, mas pelo aumento do gabarito das edificações (2015, p. 136). Para o autor, a descaracterização física do espaço se deve à ausência de controle e fiscalização, além da ação de empreendimentos imobiliários e às necessidades de famílias de ampliar suas residências.

Considerações finais

O reconhecimento da Vila Planalto como parte oficial de Brasília não é um fato isolado nos anos 1980, pois, conforme vimos, houve a regularização dos anteriores acampamentos da Metropolitana em 1983, da Candangolândia em 1984 e do Paranoá, em 1988. A Vila Planalto, todavia, difere-se dos demais espaços por ter tido todo o seu perímetro urbano reconhecido como patrimônio histórico.

Ao longo do texto, vimos como a informalidade da Vila Planalto foi inserida no patrimônio de Brasília, desde que estabelecidos limites de ocupação e expansão do espaço. Ao mesmo tempo, a idealização do atributo do pioneiro de Brasília deu sentido à assimilação de um patrimônio relativo a um acampamento de obras como parte da formação da cidade, reforçando a

ideia de epopeia de construção da capital do país.

Embora a Vila Planalto não estivesse, de início, prevista na concepção modernista de Brasília, sua permanência após a inauguração da capital pode ser explicada pela estratégia de elaboração de uma bem-sucedida marca do lugar, baseada nos valores de pioneirismo e dedicação dos trabalhadores que construíram Brasília. Ainda que as diferenças na paisagem do Plano Piloto e da Vila Planalto sejam evidentes, a marca do lugar associada a ambos os espaços acabou por se coadunar de forma harmônica, desse modo permitindo a coexistência entre espaços de configuração tão distinta.

As tensões entre o projeto e a cidade construída, no campo do patrimônio de Brasília, evidenciaram-se nos embates em torno da preservação da Vila Planalto que, embora seja um assentamento operário, tradicionalmente associado à periferia, teve sua fixação acatada, desde que controlada pelo instrumento do tombamento. Além disso, trouxeram à tona uma reflexão sobre a permanência de um bairro inicialmente operário no perímetro tombado de Brasília, cidade cuja imagem moderna sustenta sua inscrição como patrimônio mundial.

Brasília é uma das cidades com maior renda *per capita* do Brasil, contudo, os maiores rendimentos concentram-se no Plano Piloto, núcleo que resultou parcialmente do projeto inicial para a nova capital. As classes populares se encontram majoritariamente em outras Regiões Administrativas, as anteriormente denominadas cidades-satélites. Estas se localizam a certa distância do núcleo central e não se beneficiam dos mesmos privilégios encontrados no Plano Piloto. A Vila Planalto, por sua trajetória e particularidade, se situa em uma posição peculiar, pois, mesmo estando localizada no perímetro do Plano Piloto, guarda características simbólicas, físicas e sociais de um espaço periférico, ainda que em vias de gentrificação.

Referências

ANHOLT, Simon. Places: **Identity, image and reputation**. Reino Unido: Palgrave

Macmillan, 2010.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. **“E a história se fez cidade...”: a construção histórica e historiográfica de Brasília**. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

COÊLHO, Christiane Machado. **Changements dans les coulisses de Brasilia: les ambiguïtés du processus de maintien de Vila Planalto (1956-2006)**. Orientação: Robert Castel. École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris). Mémoire ou thèse (version d'origine). 1 vol. (495 f.) : ill. ; 29 cm. 2006.

COSTA, Lucio. **Brasília Revisitada 1985-87: Complementação, Preservação, Adensamento e Expansão Urbana**. GDF, Brasília, 1987.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. **GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Organização de Carlos M. Reis, Sandra B. Ribeiro e Thiago P. Perpétuo; textos de Briane Bicca *et al.* Brasília: IPHAN, 2016a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. **Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal**. Organização de Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro; elaboração do texto de José Mauro de Barros Gabriel. Brasília: IPHAN, 2016b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação – Brasília**. Brasília, 2007.

KOHLSDORF, Maria Elaine. E. As imagens de Brasília. In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, 292 p.; 22cm. (Coleção Brasília.) p. 143-198.

PACHECO, Matías. **Os limites da gentrificação na Vila Planalto**. 2015. 217 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: PAVIANI, A. (org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, 292 p.; 22cm (Coleção Brasília), p. 83-116.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. 2015. 273 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

REIS, Carlos Madson. **Brasília: espaço, patrimônio e gestão urbana**. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

RIBEIRO, Sandra. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2005.

SILVA, Jéssica Gomes. **O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital**. 2019. 246 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SOUSA, Nair Bicalho. **Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política**. Brasília. Petrópolis: Vozes, 1983.

UNESCO. **Brasília**. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/445/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

VELA, Jordi de San Eugenio; PORTET, Xavier Ginesta. Elementos a considerar en el despliegue de marcas territoriales: hacia la concreción de algunos aspectos que definen su éxito o fracaso en base a su efectiva implementación. In PIÑERO NAVAL, Valeriano e SERRA, Paulo. **Cultura, Patrimônio e Turismo na Sociedade Digital (Vol. 2): Diálogos Interdisciplinares**. Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2019, p. 47-68.

VIANNA, Marcio. Conjuntos representativos da época da construção de Brasília. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. **GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Organização de Carlos M. Reis, Sandra B. Ribeiro e Thiago P. Perpétuo; textos de Briane Bicca *et al.* Brasília: IPHAN, 2016, p. 136-142.

VIDESOTT, Luísa. **Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história**. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

ZARUR, Sandra. **A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília**. 1991. 234 f., il. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

Legislação

BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016**. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências. 2016.

BRASIL. **Lei nº 4.020, de 20 de dezembro de 1961**. Considera cidade satélite o chamado Núcleo Bandeirante, no atual Distrito Federal. 1961.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 11.079 de 21 de abril de 1988**. Dispõe sobre o tombamento do conjunto da Vila Planalto, e dá outras providências. 1988.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 15.156 de 27 de outubro de 1993**. Dispõe sobre o tombamento da Igreja São Geraldo, e dá outras providências. 1993.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 16.744, de 12 de setembro de 1995**. Dispõe sobre o tombamento do Centro de Ensino de 1º Grau Metropolitana, antiga Escola Classe Metropolitana, e dá outras providências. 1995.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 26.660, de 21 de março de 2006.** Dispõe sobre o tombamento da Casa da Fazenda Gama e dá outras providências. 2006.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 34.845, de 18 de novembro de 2013.** Dispõe sobre o tombamento do Reservatório Elevado de Ceilândia, conhecido como Caixa D'Água da Ceilândia, e dá outras providências. 2013.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 35.483, de 30 de maio de 2014.** Dispõe sobre o tombamento do Centro de Ensino Médio EIT/CEMEIT e do Centro Cultural Teatro da Praça, e dá outras providências. 2014.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 11.823 de 18 de setembro de 1989.** Dispõe sobre o Tombamento do Relógio da Praça Central de Taguatinga, e dá outras providências. 1989.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 19.960, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre o tombamento da Igreja São José Operário, e dá outras providências. 1998.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981.** Cria o Grupo de Trabalho para estudar, propor e adotar medidas que visem a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília. 1981.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 6.939 de 19 de agosto de 1982.** Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Distrito Federal e respectivo mobiliário histórico. 1982a.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 6.940 de 19 de agosto de 1982.** Dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja de São Sebastião – Planaltina, Distrito Federal. 1982b.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 7.010 de 7 de setembro de 1982.** Dispõe sobre o tombamento provisório da Pedra Fundamental do Distrito Federal e seu entorno. 1982c.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 9.036 de 13 de novembro de 1985.** Dispõe sobre o tombamento do conjunto do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO e dá outras providências. 1985.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo de Tombamento nº 0594–T–59.** Edifício conhecido como RP–1 ou “Catetinho”, no município de Brasília, Distrito Federal. Rio de Janeiro: IPHAN, 1959.

Matérias de jornal

AS NOVAS formas de morar no Plano. **Correio Braziliense.** Brasília, edição 8723, Caderno Cidade, p. 17, 25 de fevereiro de 1987.

LEILIANE vence e a Vila Planalto fica onde está. **Correio Braziliense.** Brasília, edição 8544A, Caderno Cidade, p. 20, 28 de agosto de 1986.

OLIVEIRA, D. Lucio Costa fica sem Quadras Planalto. **Correio Braziliense.** Brasília, edição 9.229, Caderno Cidade, p. 28, 24 de julho de 1988.